



FOLCLORE OU CULTURA POPULAR? REFLEXÕES PARA O ENSINO DECOLONIAL DA ARTE

FOLKLORE OR POPULAR CULTURE? REFLECTIONS FOR DECOLONIAL ART TEACHING

Ana Amália Tavares Bastos Barbosa¹

Pesquisadora Independente

José Minerini Neto²

CAP ECA USP

Robson Alves dos Santos³

SENAC-SP

Resumo: Dentre os debates decolônias que estão acontecendo na arte e na arte/educação, um dos temas que volta e meia entra em discussão é o que trata de folclore e cultura popular. Este artigo apresenta reflexões a respeito das questões colonialistas relacionadas a este tema, objetivando contribuir com professoras e professores de Arte nas instâncias de educação formal e não-formal. Divido em três partes, a primeira trata da origem e da epistemologia da palavra folclore com reflexões e problematizações; a segunda apresenta questões relacionadas a folclore e cultura popular; por fim, a terceira parte apresenta implicações referentes a isso no ensino decolonial da arte.

Palavras-chave: folclore; cultura popular; arte/educação; decolonialidade.

¹ Artista plástica e arte/educadora formada pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP/SP), estudou História da Arte na Texas University at Austin, Design na School of Visual Arts e Litografia na Columbia University em Nova York. É fundadora do "Arteeducação Produções", coletivo que desenvolve projetos artísticos e educativos em museus e instituições culturais. Mestre e Doutora pela Escola de Comunicações e Artes da USP e pós-doutora pela UNESP/SP. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9140964099490664>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7848-8550>.

² Doutor em Artes Visuais pela ECA USP com residência no Teachers College/Columbia University em Nova York. É professor e pesquisador no Departamento de Artes Plásticas da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – CAP ECA USP. Desenvolve pesquisas sobre História da Arte Moderna e Contemporânea e História do Ensino da Arte. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6031242208088301>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9190-6307>.

³ Doutor em Design e Mestre em Educação (Arte e História da Cultura), possui também graduações em Pedagogia e Artes Visuais. Com mais de 30 anos de experiência, atua como professor universitário desde 2001 em diversos cursos de licenciatura, com ênfase em Didática e Metodologias Ativas. No Centro Universitário Senac-SP, leciona disciplinas de Empreendedorismo, Inovação e áreas relacionadas à liderança e desenvolvimento de pessoas. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/0754423902515085>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4831-4821>.



Abstract: Among the decolonial debates taking place in art and art education, one of the topics that frequently comes up for discussion is folklore and popular culture. This article presents reflections on the colonialist issues related to this topic, aiming to contribute to art teachers in formal and informal education. Divided into three parts, the first part deals with the origin and epistemology of the word folklore with reflections and problematizations; the second presents issues related to folklore and popular culture; and finally, the third part presents implications for decolonial art education.

Keywords: folklore; popular culture; art/education; decoloniality.

1 INTRODUÇÃO

A palavra folclore é neologismo da língua inglesa que surgiu no decorrer do século XIX na Inglaterra e desde então passou a ser entendida como conhecimento ou sabedoria do povo em vários países, inclusive no Brasil.

Com as recentes problematizações colonialistas apontadas pelos debates decoloniais que aportaram na arte e na arte/educação, a palavra folclore vem sendo revista e, por vezes, confrontada com a expressão cultura popular.

Interessados neste tema, os autores analisaram a origem e a epistemologia da palavra folclore, apresentando reflexões e problematizações, e ampliando os questionamentos acerca de folclore em relação à cultura popular, apresentando implicações deste debate no ensino decolonial da arte tanto na educação formal quanto na não formal, com vistas a colaborar com o aprofundamento dessas questões.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1. A PALAVRA FOLCLORE: ORIGEM, EPISTEMOLOGIA, REFLEXÕES E PROBLEMATIZAÇÕES

A palavra folclore, resulta da junção das palavras inglesas folk e lore, onde “folk” significa povo, e “lore” conhecimento, saber, significando “saber do povo” ou “sabedoria do povo”. Foi proposto por William John Thoms (1803 – 1885) utilizando o pseudônimo de Ambrose Merton, quando encaminhou uma carta à revista The



Athenaeum, publicada em 22 de agosto de 1846. Ele buscava um termo que descrevesse antiguidades populares e literatura tradicional para definir tais manifestações populares.

É interessante analisar esta palavra porque nela já está presente o caráter impreciso que rodeia a percepção inicial da qual falamos. É o folk um segmento da sociedade, um tipo de gente, ou se trata de todo e qualquer setor social tendo como limite um certo tipo de comportamento? (Carvalho, 1992, p. 14).

Folk, portanto, se refere ao povo como qualquer grupo social, excluindo alguns que não se encaixariam, na visão da época, por serem a classe dominante, erudita e, portanto, “superior” a tais manifestações.

Roberto Benjamin aponta que:

O foco da sua preocupação era o que existia de curioso e interessante nas antiguidades populares, que ainda se poderia salvar com “esforços oportunos”. Prevalencia, então, a idéia (sic) de que o Folclore era constituído por sobrevivências exóticas de uma cultura em extinção. A esta cultura, pesquisadores posteriores atribuíram a condição de “rural” e “primitiva”, e aos portadores o caráter de ágrafos e pré-lógicos, no dizer de Lévy-Brühl (Benjamin, 2004, p. 15).

Leda Maria de Barros Guimarães reforça esta crítica ao indicar que:

O povo, que sempre cantou, dançou, produziu objetos e artefatos, sem saber que era folclórico, foi o motivo inspirador de um movimento de “resgate” das manifestações fadadas a desaparecerem ante o inevitável progresso trazido pelas novas formas de vida (Guimarães, 2005, p. 71).

O termo criou corpo, porém, com problemas conceituais. Para Guimarães:

O “povo” foi visto como o verdadeiro espírito na formulação da base de vários nacionalismos. O interesse dos folcloristas pelo popular objetivava construir sobre as expressões culturais a singularidade de cada nação. Para os intelectuais da época (quicá para muitos de agora), o povo era natural, simples, inculto, instintivo, enraizado nas tradições e no solo da sua região (Guimarães, 2005, p. 71).

Além disso, temos a concepção de que tais saberes seriam, portanto, carentes de cuidado e que precisavam ser protegidos, resgatados, registrados para que não se perdessem.

Para Roberto Benjamin:

Originalmente, o sentido de povo, no conceito de folclore, indicava os integrantes das camadas sociais mais baixas das sociedades camponesas tradicionais. Não existiria um folclore urbano, já agora aceito. A cultura dos



povos primitivos - entre eles os nossos índios (sic) - estava também fora desses estudos (Benjamin, s.d., p.2).

Carvalho (1992), nos incita a fazer eco ao indagar “Quem seria povo?”; “Como delimitar quem seria povo e quem não o seria?”; “Na sociedade existem setores onde temos “povo” e outros não?”. Não podemos pensar em cultura sem considerar que todos os seres humanos a produzem, influenciando e sendo influenciados por trocas culturais e pelos relacionamentos humanos.

Olhando para o processo histórico e a dominância da cultura eurocentrada, a criação da palavra folclore reforçou a ideia de que existe cultura erudita dominante superior e culturas tidas como subalternas, aludindo a processos de colonização, onde o:

[...] colonizador começa por meio de seus privilégios a invisibilizar e destruir a imagem e o imaginário do outro, bem como seus sonhos e esperança, afirmando, dessa forma, hegemonicamente sua visão de mundo e o que considera como passível de se tornar legítimo, prestigioso e abrangente (Rego, 2024, p. 15).

Concepções errôneas acerca da cultura do povo serviram e ainda servem de base para muitos livros didáticos e aulas onde se ensina folclore no mês de agosto, por conta do Dia do Folclore que é celebrado em 22 de agosto, data estabelecida pelo Decreto nº 56.747, de 17 de agosto de 1965. A data não foi escolhida por acaso, pois coincide com o dia em que William John Thoms usou a palavra “folk-lore” pela primeira vez.

O engano que se seguiu e ainda persiste em muitas escolas é que folclore deve ser estudado apenas no mês de agosto, como se não estivesse presente no cotidiano e ainda seguindo a ideia inicial de que este se resume a antiguidades populares e à literatura tradicional, apresentando uma miscelânea que envolve mitos e lendas, adivinhas, cantigas e brincadeiras.

Este olhar limitador, ao invés de valorizar as manifestações do povo, acaba por colocá-las na subalternidade colonial das culturas, reforçando o status opressor que entende cultura apenas como erudita.



2.2. FOLCLORE OU CULTURA POPULAR?

Um fator preocupante, ainda fortemente presente em instituições escolares, culturais entre outras, é a dicotomia que se criou entre folclore e cultura popular. Em algumas instituições, folclore se tornou palavra pecaminosa, sinônimo de antiguidades, coisas e troços que não mais fazem parte da cultura popular, termo muitas vezes usado como substituto de folclore ou ainda como negação do termo. Nas palavras de Guimarães (2025, p.86), “A princípio, vemos a noção de ‘popular’ ser aplicada para fazer a distinção entre as manifestações ‘autenticamente’ folclóricas e aquelas que começavam a ser divulgadas pelos meios de comunicação de massa”.

Alguns folcloristas definiam folclore por aquilo que ele não era. Optavam por dividi-lo entre cultura erudita, cultura de massa ou cultura popularesca (Mário de Andrade), cultura espontânea (Rossini Tavares de Lima) e cultura popular. O que não se encaixasse nas definições de cultura erudita e de massa, seria folclore, como já visto, algo a ser pesquisado, recolhido e protegido.

Da mesma forma que a palavra folclore não dá conta de representar a miríade de manifestações do povo, encontramos problemas na terminologia popular, que, da mesma forma, não dá conta de representar aquilo a que se propõe:

Ainda que o termo folclore seja usado comumente nos dias de hoje, não consegue abarcar as discussões e estudos acerca do termo cultura popular. Caído em desuso e descrédito, o termo folclore teve sua importância, pois foi “com o nome de Folclore que a cultura popular principiou a ser sistematizada e a receber a delimitação dos marcos de suas fronteiras” (Frade, s.d., p. 02, *apud* Santos, 2019, p.35).

Mais do que uma discussão de terminologias, faz-se mister refletir sobre o processo que faz com que as manifestações culturais de um povo permaneçam, se transformem, se relativizem, recebam e ofertem influências de e para outras culturas, deixando de lado a ideia errônea de que o folclore remete apenas a antiguidades ou a coisas em desuso, sem considerar que cultura é algo dinâmico.

Santos (2019, p. 30) aponta que a palavra “cultura advém do meio agrícola, da lavoura e chama a atenção para o fato de que o termo “denotava de início um processo completamente material, que foi depois metaforicamente transferido para questões do espírito.” (Eagleton, 2011, p. 10). [...] “Desta forma, nessa concepção, a cultura se



referia ao campo a ser trabalhado para o plantio, no sentido de arar a terra, preparando-a para o plantio e, futuramente, para a colheita”.

Então, cultura, embora escrita no singular, abarca um sem-número de culturas, sendo necessário:

[...] entender a pluralidade presente em sua concepção, pluralidade esta decorrente das múltiplas realidades e experiências que a produzem pois “neste único termo, entram indistintamente em foco questões de liberdade e determinismo, o fazer e o sofrer, mudança e identidade, o dado e o criado (Eagleton, 2011, p. 11)” (Santos, 2019, p. 32).

Pensar cultura implica em buscar seu sentido plural além de promover reflexão e diálogo entre o natural e o artificial, resultado do trabalho humano para:

[...] transformar seu entorno, facilitando sua adaptação e domínio deste ambiente, de uma forma que, neste contato e convívio (nem sempre pacífico) o ser humano, ao fazer, ao produzir, influencia e sofre influência desta natureza, deste mundo (Santos, 2019, p. 32).

Não se pode pensar cultura sem associá-la a determinada realidade, contexto ou às necessidades humanas daquele ethos, uma vez que ela se desenvolve pelas trocas sociais, criando padrões que acabam por gerar certa dependência de tais fontes culturais, acumulando símbolos e signos que a caracterizam (Santos, 2019).

No Brasil, o termo folclore dissolveu-se num campo mais ampliado da cultura popular, ora como um subconjunto, ora englobando um só conjunto de ‘tradições populares’ que servem de contraponto tanto para produções da indústria cultural, como também para opor-se à cultura das elites dominantes, a chamada cultura erudita. (Guimarães, 2005, p. 88).

Da mesma forma que se encontram dificuldades para definir a palavra cultura, pensar o termo cultura popular aponta para uma série de concepções e contradições, pois “popular” pode indicar “de um lado, condição de subalternidade, de dominação de uma classe social, e de outro, uma classe dominante, que determina códigos de legitimação social por meio do consumo estético” (GUIMARÃES, 2005, p.89).

Ao pensarmos em cultura popular, partimos de que o termo “popular” origina-se do latim “populus” que também deu origem à palavra “povo” (Santos, 2019). Voltamos ao paradoxo, “é a questão de quem se qualifica a ser incluído na categoria ‘povo’” (Storey, 2015, p. 29) pois uma das muitas definições sustenta que “cultura popular é a cultura que se origina do ‘povo’” (Storey, 2015, p. 29).



Ainda no pensamento de Storey (2015), entendemos que definir cultura popular perpassa por muitas teorias e teóricos, processos sociopolíticos, históricos e culturais, o que demanda dialogar com tais pensamentos a fim de encontrar uma definição, se é que podemos “fechá-la” assim, para cultura popular, o que seria incorrer no mesmo erro dos processos colonizadores constituindo uma terminologia que se pretendia ser universal.

Para este artigo optamos pela definição de Storey de que:

Cultura popular [...] não é a cultura imposta, a dos teóricos da cultura de massa, nem aquela cultura antagonista que emerge espontaneamente, vinda de baixo, do “povo” - é um terreno de trocas e negociação entre as duas: um terreno, como já dito, marcado por resistência e incorporação (Storey, 2015, p. 30).

Com isso, chegar a uma resposta absoluta para a pergunta: “folclore ou cultura popular?” se apresenta com outra dificuldade epistemológica, uma vez que na confluência destes termos, encontramos definições e reflexões comuns:

1. Ao falarmos de folclore, associando-o ao povo, encontramos eco na cultura popular, que também se refere ao povo. Os dois termos apontam para um saber do povo, ou seja, para manifestações culturais do povo, suas trocas, tensões e negociações.
2. Da mesma forma que folclore aponta tensão entre camadas sociais, entre a cultura produzida pelo povo, a cultura popular aponta para trocas, negociações e resistências do povo que a constrói e constitui.
3. Ao olharmos para o folclore como elemento dinâmico, entendemos a tradição como algo que se modifica a partir do passado; encontramos em cultura popular a mesma dinâmica que se constrói a partir do passado, modificando-se ao longo do tempo e pelas transformações sociais.
4. Tanto folclore como cultura popular têm seu foco na sociedade, no povo, na transmissão de saberes e manifestações ao longo das gerações, modificando-se pelas relações socioculturais.

Podemos apontar que folclore e cultura popular, embora imbricados, não são exatamente a mesma coisa, porém, os dois termos estão intimamente ligados e acrescentamos a reflexão de que o folclore faz parte da cultura popular, podendo ser chamado ou confundido com este termo, mas, cultura popular, pelo seu caráter



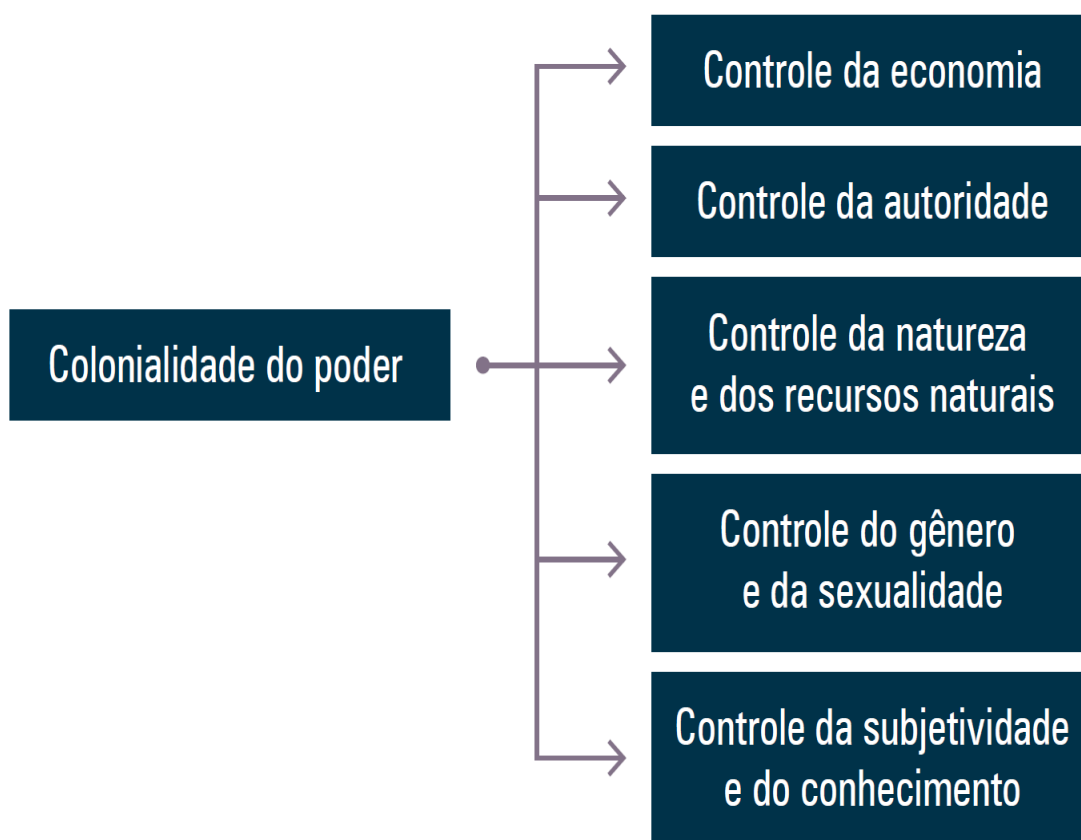
dinâmico de lutas e tensões, mesmo englobando o termo folclore vai para além, ampliando o olhar para o povo e seu contexto vivido.

2.3. IMPLICAÇÕES DO FOLCLORE E DA CULTURA POPULAR NO ENSINO DECOLONIAL DA ARTE

Recentemente, a popularização dos debates decoloniais na América Latina vem contribuindo para atualizar o que se entende por folclore e cultura popular nos currículos das aulas de Arte.

Decolonialidade é termo desenvolvido na América Latina no projeto Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade - MCD, que tem como membros Aníbal Quijano, Arturo Escobar, Catherine Walsh, Walter D. Mignolo, Zulma Palermo, Nelson Maldonado-Torres, dentre outros, e que, em síntese podem se estruturar do seguinte modo:

Figura 1 – Tabela com questões apontadas pelo MCD e relacionadas à decolonialidade



Fonte: Ana Amália, José Minerini e Robson Santos



Aqui nos debruçamos sobre o item controle da subjetividade e do conhecimento para pensar folclore e cultura popular.

O objetivo da decolonização é libertar o conhecimento dos referenciais colonialistas europeus, reconhecendo e articulando estudos voltados para a América Latina, de modo a incluir a diversidade e a representatividade de culturas latino-americanas, com povos nativos ou originários, descendentes de africanos escravizados, imigrantes e refugiados, assim como a diversidade de gêneros e classes sociais, descentralizando narrativas e poderes, trazendo à tona conhecimentos que foram apagados no decorrer dos processos colonizadores (Amália, 2022, p. 140-141).

Essas questões foram apontadas por Paulo Freire muito antes do surgimento do grupo MCD:

O livro clássico do educador brasileiro Paulo Freire, *Pedagogia do oprimido*, analisa como a educação pode empoderar ou privar de direitos. [...] Paulo Freire rejeita as análises das relações de poder baseadas apenas em classe, defendendo a linguagem mais robusta e carregada de poder dos “oprimidos”. Os oprimidos de Paulo Freire no Brasil do século XX são análogos aos de hoje: sem-teto, sem-terra, mulheres, pobres, pessoas negras, minorias sexuais, indígenas, imigrantes sem documentos, indivíduos em cárcere, minorias religiosas, jovens e pessoas com deficiência. O uso que Paulo Freire dá aos termos “opressão” e “oprimido” evoca desigualdades interseccionais de classe, raça, etnia, idade, religião e cidadania. Por essa escolha de palavras, ele vincula as necessidades das pessoas oprimidas aos apelos em favor da justiça social (Collins, 2021, p. 212-213).

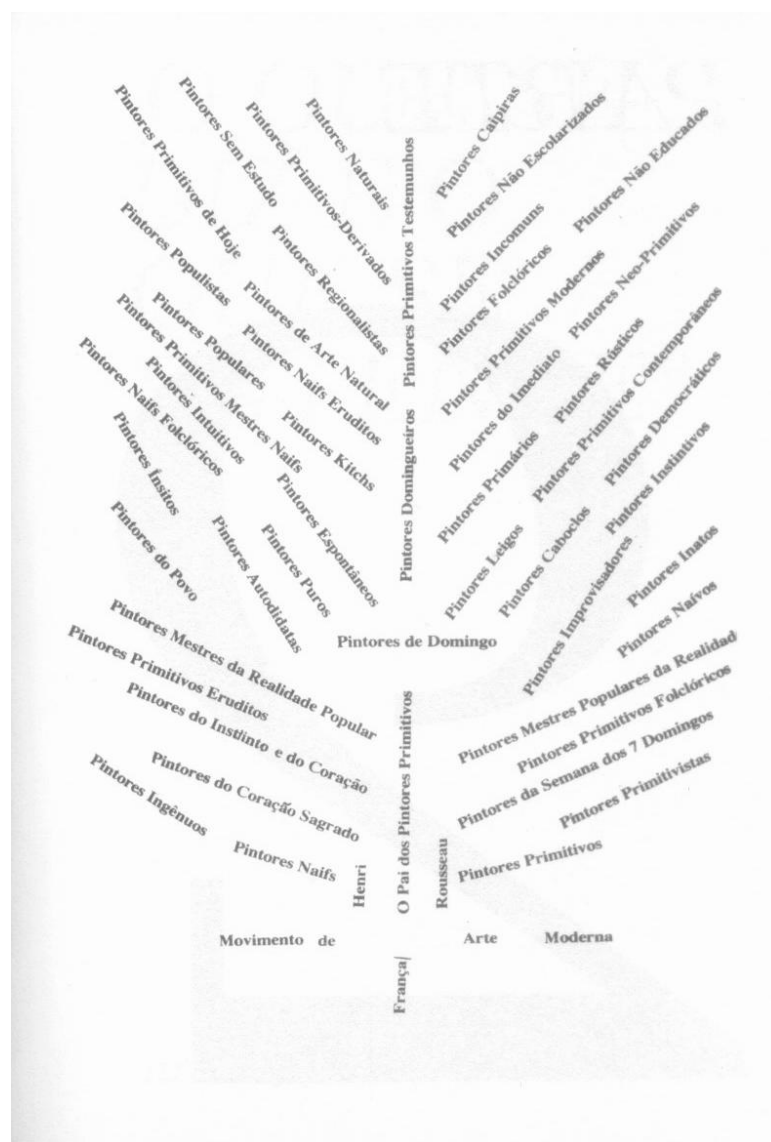
Desse modo, torna-se fundamental inserir a arte que surge nestes mesmos contextos e sem hierarquizar, mas sim tratar com a mesma dignidade a diversidade cultural e de conhecimentos artísticos.

A rejeição de hierarquias na arte vem sendo vista em exposições com ênfase no Sul Global como a 60ª Bienal de Arte de Veneza curada por Adriano Pedrosa em 2024 e a 34ª, a 35ª e a 36ª Bienal de São Paulo que inseriram arte indígena, arte de quilombos e manifestações da cultura popular, deixando claro que não há motivo para excluir manifestações populares do panorama da arte contemporânea.

Entretanto, há reações diversas que resistem a essa inserção ou mesmo ao reconhecimento de arte feita fora da Europa e dos Estados Unidos como algo que se recusa a ser rotulada como de menor qualidade, usando para isso termos que são tentativas de manter a hegemonia colonialista como se vê na imagem a seguir, referente a categorias de pintura pressupostas como não eruditas:



Figura 3 – Árvore genealógica das denominações da pintura primitiva



Fonte: MIMESSI, apud PEREIRA, 2025, p. 108

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto neste artigo, a intenção em não hierarquizar a arte no Brasil e sua presença nas propostas de arte/educação atravessa tensões entre folclore, cultura popular e erudita etc, e que possui vasta discussão que transpassa o modernismo, chegando à decolonialidade que tanto se fala nos meios da arte e da educação.



Exposições com clara intencionalidade decolonial vêm acontecendo e as questões que pontuam o que se entende por Sul Global destaca que existem muitos outros valores além dos hegemônicos oriundos de posturas colonialistas, dentre os quais estão as manifestações culturais feitas em todo o mundo. As recentes bienais de Veneza e de São Paulo pautaram-se nestes valores.

Pelo fato de vivermos no Brasil – país que passou por processo colonizador opressor – traz a consciência de que não devemos replicar nenhum procedimento excludente nem na arte e nem na educação, para não correr o risco de repetir processos de colonização do saber, o que se vê na pedagogia libertária de Paulo Freire.

Assim, os debates sobre folclore e cultura popular são de enorme profundidade e dialogam com a decolonização da arte e da arte/educação.

REFERÊNCIAS

AMÁLIA, Ana, MINERINI, José. Arte-educação em museus, centros culturais e teatros. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2022.

ANDRADE, Oswald. Manifesto Antropofágico. In: Revista de Antropofagia. São Paulo: Revista de Antropofagia, ano 1, número 1, maio de 1928, p. 07.

BARBOSA, Ana Mae. Arte-educação pós-colonialista no Brasil. In: _____. Tópicos utópicos. Belo Horizonte: C/Arte, 1998, p. 30-51.

BARBOSA, Ana Mae (curadoria). Entre culturas. In: Catálogo da 8ª Bienal Naïfs do Brasil: Entre Culturas. Piracicaba: SESC Piracicaba, 2006.

BENJAMIN, Roberto. Conceito de folclore. UNICAMP, ano. Disponível em: yumpu.com/pt/document/view/12459818/conceito-de-folclore-unicamp . Acesso em: 21 de set. de 2025.

BENJAMIN, Roberto. Folkcomunicação na sociedade contemporânea. Porto Alegre: Comissão Gaúcha de Folclore, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Currículos Mínimos dos Cursos de Nível Superior. Brasília: MEC, 1974.

CARVALHO, Rita Laura Segato. Folclore e cultura popular – uma discussão conceitual. In: Seminário folclore e cultura popular. Série Encontros e Estudos 1, MINC-IBAC, 1992, p. 13-21.



CHAVES, Pedro Jônatas. Didática, decolonialidade e epistemologias do Sul: uma proposta insurgente contra a neoliberação do ensino escolar e universitário. Curitiba: CRV, 2021, p. 81.

COLLINS, Patricia Hill, BILGE, Sirma. Interseccionalidade. São Paulo: Boitempo, 2021, p. 212-213.

ELIZALDE, Paz Concha, FIGUEIRA, Patricia, QUINTERO, Pablo. Uma breve história dos estudos decoloniais. In: Arte e descolonização: MASP Afterall. São Paulo: MASP, 2019. Disponível em: <https://masp.org.br/arte-e-descolonizacao>. Acesso em: 9 de set. de 2025.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GUIMARÃES, Leda Maria de Barros. Entre a universidade e a diversidade: a linha vermelha do ensino da arte. 2005. Tese (Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

MIMESSI, José Nazareno. Pintura primitiva (Naïve): resultados de uma pesquisa. Assis: Conosco, 1991, sem paginação. In: PEREIRA, Amanda Reis Tavares (org.). Instituto Tomie Ohtake (coord.). Arte popular: modos de usar. São Paulo: Instituto Tomie Ohtake, Editora WMF Martins Fontes, 2025, p. 108.

MOTA NETO, João Colares de. Por uma pedagogia decolonial na América Latina: reflexões em torno do pensamento de Paulo Freire e Orlando Fals Borda. Curitiba: CRV, 2016.

PEDROSA, Mário. Arte culta e arte popular. In: MAMMÌ, Lorenzo (org.). Mário Pedrosa: arte ensaios. São Paulo: Cosac Naify, 2015, p. 537-559.

REGU, Noelia Rodrigues Pereira. Educação Popular e decolonialidade: Pedagogias de resistência em Abya Yala. Ponta Grossa: Monstro dos Mares, 2024.

RUFINO, Luiz. Vence-demanda: educação e descolonização. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.

SANTOS, Robson Alves dos. O Design do Povo: carroceiros, gambiarras e outros afazeres da cultura popular. Tese (Doutorado em Design). São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, 2019.

STOREY, John. Teoria Cultural e Cultura Popular: uma introdução. São Paulo: SESC, 2015.

THOMS, William: "La palabra 'Folklore'. Reimpresión de la carta a El Ateneo, 1846". Disponível em: https://isp-sal.infed.edu.ar/sitio/wp-content/uploads/2020/09/THOMS_Carta-El-Ateneo.pdf. Acesso em: 31 de jul. de 2025.